

PARECER

Concordo.
A considero superior, bem
como a publicidade no in-
ternet.
Lisboa, 16 de Outubro de
2012 *Eg*
EUGÉNIA LOPES PIMPÃO
Conservadora - Coordenadora

DESPACHO

Concordo
17-10-12

[Assinatura]
António Figueiredo
Presidente

CC 50/2012 SJC

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: PEDIDO DE EMISSÃO DE CÓPIAS/CERTIDÕES DE ASSENTOS DE NASCIMENTO – PROCEDIMENTO E EMOLUMENTOS/TAXAS – CONSULENTE: COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.

SUMÁRIO:

1- As certidões de nascimento emitidas a pedido das comissões de proteção de crianças e jovens, para a instrução dos seus processos de promoção e proteção, são emitidas gratuitamente nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 10.º do RERN, por se destinarem a fins de assistência.

NORMATIVO APLICÁVEL:

- Artigos 1.º, n.º 1, 2.º, 10.º, 18.º, ns.º 7.1.1 e 7.1.2, do Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado;
- Artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei 322-A/2001, de 14 de dezembro
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei 147/99, de 1 de setembro.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROBLEMA:

Vem a Segurança Social em nome das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em perigo expor a seguinte questão:

Aquelas comissões no âmbito das suas competências necessitam muitas vezes de pedir certidões de registos de nascimento dos menores em risco para confirmarem ou averiguarem as suas identidades.

Entendem que por não terem qualquer orçamento ou dinheiro próprio que as mesmas devem ser gratuitas e acrescenta que, face ao artigo 13.º da Lei 147/99 de 1 de setembro, os serviços do IRN têm um dever de colaboração.

Que as conservatórias têm recusado a emissão gratuita com o argumento de que aquele artigo 13.º não é suficiente para garantir a gratuitidade do ato.

Assim pretendem saber qual a fundamentação que devem invocar para as certidões serem emitidas de forma gratuita.

CUMPRE ANALISAR:

I – Os valores a cobrar pelos atos de registo civil encontram-se fixados no Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado (RERN), sem prejuízo dos casos de gratuitidade, isenção ou redução previstos no mesmo diploma (artigo 1.º, n.º 1, do RERN).

E o artigo 2.º estabelece que:

“Estão sujeitos a tributação emolumentar todas as pessoas singulares, bem como todas as pessoas coletivas, independentemente da natureza ou forma jurídica que revistam, designadamente o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integrem o setor empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.”

Quanto ao emolumento respeitante à emissão de certidões o mesmo vem fixado no artigo 18.º, ns.º 7.1.1 e 7.1.2, do RERN, sendo respectivamente de €20.00 e de €10.00 (este último valor devido por certidões para fins de abono de família ou segurança social).

Quanto a atos gratuitos os mesmos estão previstos no artigo 10.º do RERN.

Neste artigo, no seu n.º 1, al. u), estatui-se que são gratuitas as certidões *“...requeridas para fins de assistência ou beneficência, incluindo a obtenção de pensões do Estado ou das autarquias locais.”*

E no n.º 3 do mesmo artigo 10.º determina-se que:

“3 - Beneficiam ainda de gratuitidade dos atos de registo civil ou de nacionalidade, dos processos e declarações que lhes respeitem, dos

*documentos necessários e processos relativos ao suprimimento destes, bem como das **certidões requeridas para quaisquer fins**¹, os indivíduos que provem a sua insuficiência económica pelos seguintes meios:*

- a) Documento emitido pela competente autoridade administrativa;*
- b) Declaração passada por instituição pública de assistência social onde o indivíduo se encontre internado.”*

E o artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei 322-A/2001, de 14 de dezembro, que aprovou o RERN, revogou “...todas as outras normas que prevejam isenções ou reduções emolumentares relativamente a atos praticados nos serviços dos registos e do notariado, com exceção das previstas no Decreto-Lei n.º 404/90, de 21 de Dezembro.”

II – A proteção das crianças e jovens em risco encontra-se regulada pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei 147/99, de 1 de setembro.

No termos daquela Lei a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em risco ocorre quando “...os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.”²

A promoção e a proteção incumbem³ às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às comissões de proteção de crianças e jovens e aos tribunais.

As comissões intervêm quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma a remover o perigo em que a criança ou o jovem se encontre⁴ e depende do consentimento expresso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto⁵.

As comissões de proteção são instituições não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos das crianças e dos jovens em perigo e prevenir ou pôr fim a situações de risco⁶.

Para o exercício da sua atividade contam com a colaboração das autoridades administrativas e entidades policiais, conforme dever estabelecido no artigo 13.º, n.º 1, da LPCJP e sendo assegurado pelos municípios onde se inserem as instalações e os meios materiais de apoio,

¹ Negrito nosso.

² Artigo 3.º, n.º 1, da LPCJP.

³ Artigo 6.º da LPCJP.

⁴ Artigo 8.º da LPCJP.

⁵ Artigo 9.º da LPCJP.

⁶ Artigo 12.º, n.º 1, da LPCJP.

nomeadamente, um fundo de maneio para suportar despesas ocasionais e de pequeno montante⁷.

As medidas de promoção dos direitos e de proteção visam afastar o perigo em que as crianças e jovens se encontrem e proporcionar-lhes condições de segurança, saúde, formação, educação bem-estar e desenvolvimento integral⁸.

E essas medidas, de acordo com o artigo 35.º da LPCJP, são:

- Apoio junto dos pais;
- Apoio junto de outro familiar;
- Confiança a pessoa idónea;
- Apoio para a autonomia de vida;
- Acolhimento familiar;
- Acolhimento em instituição e
- Confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção.

Sendo que as 4 primeiras são medidas a executar no meio natural de vida, a quinta e a sexta são medidas de colocação e a última é uma medida a executar no meio natural (no que respeita à sua primeira parte) e de colocação (na sua segunda parte)⁹.

III – Do exposto resulta desde logo que não podem aquelas comissões socorrer-se do artigo 13.º da LPCJP para não pagarem as certidões que solicitarem, pois a mesma não prevê uma isenção ou gratuidade, mas somente um dever de colaboração. E mesmo que, por uma qualquer interpretação da lei, se entendesse que aquela colaboração se poderia traduzir numa isenção ou gratuidade, a mesma teria sido revogada pela norma contida no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei 322-A/2001, de 14 de dezembro.

Em segundo lugar, resulta que no caso de crianças ou jovens colocados em instituições podem ser pedidas certidões gratuitas ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 10.º do RERN, desde que se prove a sua insuficiência económica mediante declaração passada pela instituição pública de assistência social onde o menor se encontre internado.

Porém, a questão da consulente certamente se coloca em relação às outras situações. Nasquelas, necessitando de pedir certidões para a instrução dos processos dos menores, poderão requerer e obter certidões gratuitamente?

⁷ Artigo 14.º da LPCJP

⁸ Artigo 34.º da LPCJP

⁹ Artigo 35.º, n.º 2 e 3 da LPCJP

A intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens em perigo tem por fim a assistência aos menores, fim de interesse público e social.

Nesse sentido, podemos considerar que o pedido de emissão de certidão efetuado por essas comissões no âmbito dos seus processos de promoção e proteção poderá ser abrangido pela gratuidade prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 10.º do RERN, a qual estatui que são gratuitas as certidões “...requeridas para fins de assistência ou beneficência...”.

Face ao exposto parece ser de extrair as seguintes

CONCLUSÕES:

1- As certidões de nascimento emitidas a pedido das comissões de proteção de crianças e jovens, para a instrução dos seus processos de promoção e proteção, são emitidas gratuitamente nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 10.º do RERN, por se destinarem a fins de assistência.

À consideração superior.

Lisboa, 9 de outubro de 2012



HELENA CARITA
Conservadora